

XV CONCURSO PÚBLICO
PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA DO TRABALHO

1ª PROVA - 2ª PARTE

CURITIBA/PR, 27/ABR/1997

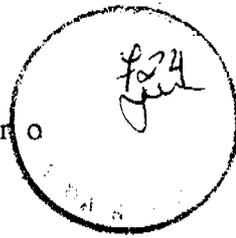
DIREITO CONSTITUCIONAL

51. Na hipótese de crime comum praticado por membro do Ministério Público que oficia perante o Tribunal Regional Federal da 4ª Região, a competência para processar e julgar, originariamente, é atribuída pela Constituição Federal:

- a - Ao Supremo Tribunal Federal;
- b - Ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região;
- c - Ao Superior Tribunal de Justiça;
- d - Ao Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul;
- e - n.d.a. (nenhuma das alternativas)

52. O Conselho de Defesa Nacional, que é órgão de consulta do Presidente da República nos assuntos relacionados com a soberania nacional e a defesa do Estado democrático, é composto:

- a - Pelo Vice-Presidente da República, o Presidente da Câmara dos Deputados, o Presidente do Senado Federal, os líderes da maioria e da minoria na Câmara dos Deputados, pelos líderes da maioria e minoria do Senado Federal e o Ministro da Justiça;
- b - Pelo Vice-Presidente da República, o Presidente da Câmara dos Deputados, o Presidente do Senado Federal, o Ministro da Justiça, os Ministros Militares, o Ministro das Relações Exteriores e o Ministro do Planejamento;
- c - Pelo Presidente da República, o Vice-Presidente, o Presidente da Câmara dos Deputados, o Presidente do Senado Federal e seis cidadãos brasileiros natos, com mais de trinta e cinco anos de idade, sendo dois nomeados pelo Presidente da República, dois eleitos pelo Senado Federal e dois eleitos pela Câmara dos Deputados, todos com mandato de três anos, vedada a recondução;
- d - Pelo Presidente da República, os Governadores do Estados, dois representantes da Câmara dos Deputados, dois representantes do Senado Federal e cinco representantes das Assembléias Legislativas;
- e - n.d.a.



53. Nos crimes de responsabilidade, a competência para processar e julgar o Advogado-Geral da União é atribuída:

- a - Ao Supremo Tribunal Federal;
- b - Ao Congresso Nacional;
- c - Ao Superior Tribunal de Justiça;
- d - Ao Senado Federal;
- e - n.d.a.

54. Segundo a Constituição Federal, são privativos de brasileiro nato os seguintes cargos:

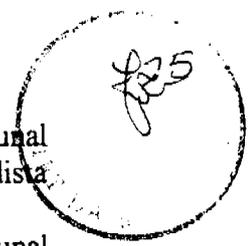
- a - Presidente e Vice-Presidente da República, Presidente da Câmara dos Deputados, Presidente do Senado Federal, Ministro do Supremo Tribunal Federal, carreira diplomática e oficial das Forças Armadas;
- b - Presidente e Vice-Presidente da República, Governador e Vice-Governador de Estado, Prefeito e Vice-Prefeito Municipal de área de segurança nacional;
- c - Presidente e Vice-Presidente da República, Ministro de Estado, Senador da República, Deputado Federal, Deputado Estadual e Vereador;
- d - Exceto o Presidente e Vice-Presidente da República, todos os demais cargos podem ser preenchidos por brasileiro naturalizado, posto que o § 2º, do Art. 12, veda qualquer distinção entre brasileiros natos e naturalizados;
- e - n.d.a.

55. O instituto do **habeas data** tem por objeto:

- a - proteger direito líquido e certo, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público;
- b - fazer cessar violência ou coação em relação à liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder;
- c - tornar viável o exercício de direitos e liberdades constitucionais, que estava obstado pela falta de norma regulamentadora;
- d - assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público, ou, ainda, para retificar os mesmos dados;
- e - n.d.a.

56. O Tribunal Superior Eleitoral é composto por:

- a - 2 Ministros do Supremo Tribunal Federal, 1 Ministro do Superior Tribunal de Justiça, 1 Representante da Procuradoria Geral da União e 3 advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral indicados pelo Presidente da República;



- b** - 3 Ministros do Supremo Tribunal Federal, 2 Ministros do Superior Tribunal de Justiça e 2 advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados em lista sêxtupla, pelo Supremo Tribunal Federal, ao Presidente da República;
- c** - 2 Ministros do Supremo Tribunal Federal, 2 Ministros do Superior Tribunal de Justiça, 2 Desembargadores indicados pelo Supremo Tribunal Federal e 1 Advogado de notável saber jurídico e idoneidade moral indicado pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil;
- d** - 3 Ministros do Superior Tribunal de Justiça, 2 representantes da Procuradoria Geral da União e 2 advogados eleitos pelo Congresso Nacional;
- e** - n.d.a.

57. Uma das seguintes competências legislativas não é privativa da União:

- a** - Diretrizes da política nacional de transportes;
- b** - Serviço postal;
- c** - Sistemas de consórcios e sorteios;
- d** - Responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;
- e** - n.d.a.

58. - Nos termos do Art. 100, da Constituição Federal, os pagamentos devidos pela Fazenda Federal, Estadual ou Municipal, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, salvo no caso de:

- a** - Créditos decorrentes de restos a pagar do exercício anterior;
- b** - Créditos suplementares autorizados pelo Poder Legislativo;
- c** - Créditos de natureza alimentícia;
- d** - Créditos especiais destinados aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público;
- e** - n.d.a.

59. - Um dos seguintes princípios não consta do elenco estabelecido no Art. 206, da Constituição Federal, que rege o ensino no Brasil:

- a** - Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- b** - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- c** - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- d** - o ensino religioso, de matrícula obrigatória, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental;
- e** - n.d.a.



60. - Os Ministros do Tribunal de Contas da União, em número de nove, serão escolhidos:

- a - Um terço pelo Presidente da República, com aprovação do Senado Federal, sendo dois alternadamente dentre auditores e membros do Ministério Público junto ao Tribunal, indicados em lista triplíce pelo Tribunal, segundo os critérios de antiguidade e merecimento; dois terços pelo Congresso Nacional;
- b - Pelo Presidente da República, com aprovação do Senado Federal, dentre advogados e membros do Ministério Público, de notável saber jurídico e idoneidade moral, alternadamente, indicados em lista triplíce pelos respectivos órgãos de classe;
- c - Pelo Congresso Nacional, mediante indicação do Presidente da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, alternadamente, mediante aprovação pela maioria absoluta de seus membros;
- d - Um terço pelo Presidente da República, com aprovação do Senado Federal, sendo dois alternadamente dentre auditores e membros do Ministério Público junto ao Tribunal, indicados em lista triplíce pela Procuradoria Geral da União, segundo os critérios de antiguidade e merecimento; um terço pela Câmara dos Deputados, dentre seus membros; um terço pelo Senado Federal, dentre seus membros;
- e - n.d.a.

61. A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo:

- a - dois por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por dez Estados, com não menos de cinco décimos por cento dos eleitores de cada um deles;
- b - um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles;
- c - dez por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles;
- d - cinco por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de cinco décimos por cento dos eleitores de cada um deles;
- e - n.d.a.

62. A destituição do Procurador Geral da República, por iniciativa do Presidente da República, deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta:

- a - Do Congresso Nacional;
- b - Da Câmara dos Deputados;
- c - Do Senado Federal;
- d - Do Supremo Tribunal Federal;
- e - n.d.a.



DIREITO CIVIL

63. VERIFIQUE AS PROPOSIÇÕES:

I - A mudança de residência do funcionário público, com ânimo definitivo, acarreta a alteração de seu domicílio.

II - O domicílio da pessoa jurídica de direito privado, independente do estabelecido no estatuto, é fixado pelo lugar do estabelecimento para os atos nele realizados.

III - A pessoa natural que não possui residência habitual e nem ponto central de comércio, considera-se como domicílio o último lugar onde residiu.

IV - O incapaz tem por domicílio o lugar onde reside com o ânimo definitivo.

V - A pessoa natural que possui diversas residências, onde permanece em períodos alternados, muda seu domicílio cada vez que mudar de residência.

Assinale a alínea correta:

- a) se as proposições I, II, III e IV são falsas;
- b) se as proposições I, II, IV e V são falsas;
- c) se as proposições II, III, IV e V são falsas;
- d) se as proposições I, III, IV e V são falsas;
- e) se todas as proposições são falsas.

64. VERIFIQUE AS PROPOSIÇÕES:

I - O empreiteiro que contribuir apenas com o trabalho somente responde pelos riscos se tiver culpa.

II - O empreiteiro de uma obra que contribuir com os materiais e os serviços responde pelos riscos até a entrega, mesmo que o dono da obra esteja em mora de receber.

III - Apenas coisas não fungíveis podem ser objeto de empréstimo por comodato.

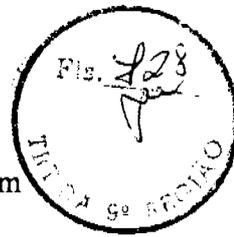
IV - Quando duas ou mais pessoas são simultaneamente comodatárias, existe responsabilidade subsidiária para com o comodante.

V - É correta a afirmativa que o instrumento de mandato e procuração são sinônimos.

Assinale a alínea correta:

- a) se as afirmativas I, III e IV são corretas;
- b) se as afirmativas I, III e V são corretas;
- c) se as afirmativas II, IV e V são corretas;
- d) se as afirmativas I, IV e V são corretas;
- e) se as afirmativas II, IV e V são corretas.

65. VERIFIQUE AS PROPOSIÇÕES:



I - No exame dos atos jurídicos não deve prevalecer o sentido literal da linguagem em detrimento da vontade das partes.

II - A coação praticada por terceiros vicia o ato jurídico.

III - A existência de multa pela inobservância de forma prescrita em lei para a prática do ato jurídico não anula o referido ato.

IV - Os cegos e surdos podem ser testemunhas.

V - Os mudos podem ser testemunhas.

Assinale a alínea correta:

- a) se as afirmativas I, IV e V são corretas;
- b) se as afirmativas II, III e V são corretas;
- c) se as afirmativas I, III, e V são corretas;
- d) se as afirmativas I, II e III são corretas;
- e) todas as afirmativas são corretas.

66. MARQUE A AFIRMATIVA CORRETA.

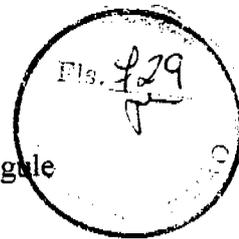
- a) Nas obrigações a prazo, o recebimento posterior de prestação atrasada não constitui renúncia do credor ao direito de execução imediata.
- b) Na obrigação de dar coisa certa, se a mesma se deteriorar sem culpa do devedor, o credor deve recebê-la com abatimento no preço.
- c) Na transação a cláusula penal não pode ultrapassar ao percentual de 100% (cem por cento) do valor fixado como devido.
- d) O alienante que desconhece o defeito da coisa responde por perdas e danos.

67. MARQUE A AFIRMATIVA CORRETA.

- a) No contrato de compra e venda as partes podem deixar a terceiros a fixação do preço.
- b) Após concretizado o negócio, mas não entregue o bem, os riscos da coisa correm por conta do adquirente.
- c) O contrato de compra e venda com pacto de melhor comprador pode vigorar até dois anos.
- d) Na sociedade civil que inexistente prazo de duração no contrato, o sócio pode retirar-se mediante aviso de trinta dias de antecedência, desde que efetuado ao término do ano civil.

68. A Lei posterior revoga a anterior:

- a) somente quando expressamente o declare;
- b) quando estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes;



- c) tão só quando houver expressa incompatibilidade com a lei anterior;
- d) quando expressamente o declare, seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior;
- e) nenhuma das alternativas.

69. Em se tratando de contratos, a Teoria da Imprevisão, moderna rotulação da velha cláusula *rebus sic stantibus*, importa:

- a) no reconhecimento de que uma determinação estatal geral, imprevista ou imprevisível possa alterar substancialmente as previsões contratuais, autorizando a revisão das cláusulas ou, se não for possível, a própria rescisão do ajuste;
- b) na superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;
- c) no impedimento de execução do contrato por ato de terceiro que seja considerado imprevisto;
- d) o direito brasileiro não admite a teoria da imprevisão;
- e) nenhuma das alternativas.

70. A situação juridicamente consolidada perante uma lei, pelo cumprimento de todas as exigências previstas, não acatada pela lei nova, mas que pode ser exercida pelo seu titular, a qualquer tempo, denomina-se:

- a) ato jurídico perfeito;
- b) coisa julgada;
- c) expectativa de direito;
- d) direito adquirido;
- e) nenhuma das alternativas.

71. O mandante que dá por válidas as obrigações contraídas pelo seu mandatário, excedentes aos poderes outorgados:

- a) pratica ato que se confunde inteiramente com a novação;
- b) pratica ato que se identifica integralmente com a transação;
- c) realiza ato jurídico de ratificação, o qual, na sistemática do Código Civil, não se distingue da confirmação;
- d) realiza ato jurídico perfeitamente idêntico ao menor que, atingindo a maioridade, ratifica um contrato por ele outorgado na menoridade relativa, eis que na sistemática do Código Civil se distingue expressamente a ratificação da confirmação dos atos anuláveis;
- e) nenhuma das alternativas.

72. O Direito moderno reconhece no caso de contrato de compra e venda de árvores para corte juridicamente permitido, uma classe de bens denominada:

- a) bens móveis por antecipação;



- b) bens imóveis por acessão intelectual;
- c) bens imóveis por determinação legal;
- d) semoventes;
- e) nenhuma das alternativas.

73. São direitos que não se enquadram: completamente na categoria dos direitos subjetivos propriamente ditos ou "stricto sensu ":

- a) direitos de crédito;
- b) direitos reais;
- c) direitos de personalidade;
- d) os direitos potestativos extintivos, dos quais é exemplo a revogação do mandato;
- e) nenhuma das alternativas.

74. No plano da teoria geral dos negócios jurídicos, uma declaração de efeito apenas publicitário ou cênico, feita pelo declarante em circunstâncias conhecidas pelo mesmo declarante e que induzem o declaratário a aceitar justificadamente sua suposta seriedade, pode gerar:

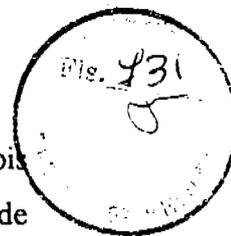
- a) um contrato, pois se o declaratário não conhecia a falta de seriedade da declaração forma-se uma relação jurídica válida de natureza contratual;
- b) responsabilidade do declarante pelo chamado interesse negativo;
- c) responsabilidade do declarante pelo interesse no adimplemento;
- d) apenas consequências éticas ou morais, mas jamais, em qualquer hipótese, efeitos jurídicos;
- e) nenhuma das alternativas.

75. Se determinado autor alienou por título oneroso o direito de exploração relativo a certa obra intelectual, e por deficiente previsão os seus proventos ficam em grande desproporção com os lucros do editor, gerando grave desequilíbrio entre as prestações, é possível reclamar compensação suplementar. Tal hipótese de benefícios excessivos ou injustificados liga-se à noção de:

- a) lesão;
- b) simulação;
- c) coação;
- d) negócio jurídico nulo;
- e) nenhuma das alternativas.

76. Das obrigações solidárias emerge o direito de regresso, o qual:

- a) se confunde com a sub-rogação, eis que também no direito de regresso há o direito de receber tudo quanto foi pago;
- b) se confunde com a sub-rogação, dado que também o direito de regresso envolve, como forma de transmissão do crédito, as garantias e os acessórios do direito do credor satisfeito;



- c) não se confunde com a sub-rogação, posto que o Código Civil distingue entre os dois institutos, pois enquanto a sub-rogação diz respeito a pagamento de terceiro, o direito de regresso pertence ao co-devedor solidário que não é terceiro;
- d) não se confunde com a sub-rogação, uma vez que somente o direito de regresso pressupõe o pagamento e é, por isso, decalcado sobre o fato do adimplemento da obrigação;
- e) nenhuma das alternativas.

77. É congruente com a opinião doutrinária dominante sobre os efeitos apenas obrigacionais do contrato de compra e venda de bens imóveis afirmar que:

- a) tão-só o contrato transfere o domínio;
- b) a compra e venda, no direito brasileiro, produz por si só efeitos reais sem embargo de ter de conjugar-se com o registro, mera formalidade;
- c) se trata de um negócio jurídico de disposição, ato complexo e de formação sucessiva;
- d) a transferência do domínio resulta de transcrição ou registro.
- e) nenhuma das alternativas.

DIREITO COMERCIAL

78. Na Sociedade em conta de participação:

I - na firma ou razão social deve constar obrigatoriamente a identificação do ramo da sociedade.

II - o sócio ostensivo representa a sociedade em Juízo.

III - o sócio ostensivo pratica os atos em nome próprio e responde ilimitadamente perante terceiros.

IV - o sócio oculto fica obrigado perante terceiros, pelo atos praticados em nome da sociedade, pelo sócio ostensivo.

V - o sócio ostensivo pratica os atos em nome da sociedade e responde ilimitadamente perante terceiros.

Assinale a alínea correta:



- a) as alternativas I, II, III e IV são falsas;
- b) as alternativas II, III, IV e V são falsas;
- c) as alternativas I, II, IV e V são falsas;
- d) as alternativas I, III, IV e V são falsas;
- e) as alternativas I, II, III e V são falsas.

79. Nas sociedades por cotas de responsabilidade limitada:

I - todos os sócios respondem pela integralidade do capital da sociedade, enquanto não integralizado.

II - a existência da sociedade e seus fins podem ser provados por testemunhas.

III - a responsabilidade do sócio é limitada a cota que subscreveu, enquanto não integralizado o capital.

IV - somente os sócios gerentes respondem pelas cotas não integralizadas.

V - a responsabilidade de cada sócio é limitada as cotas integralizadas, após a integralização do capital social.

Assinale a alínea correta:

- a) as afirmativas I, II e III são falsas;
- b) as afirmativas II, III e IV são falsas;
- c) as afirmativas II, III e V são falsas;
- d) as afirmativas II, IV e V são falsas;
- e) as afirmativas III, IV e V são falsas.

80ª Questão:

I - Para ser considerado comerciante, basta a compra e venda eventual, com finalidade de ganho (lucro).

II - O diário, o registro de compras e o registro de empregados são livros obrigatórios a todos os comerciantes.

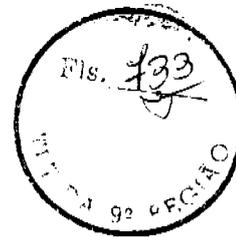
III - Os magistrados podem praticar atos de comércio durante o gozo de licença remunerada.

IV - Os filhos-famílias com mais de 16 anos, desde que autorizados pelos pais, podem comerciar.

V - Os médicos podem simultaneamente exercerem a profissão da medicina e o comércio de produtos farmacêuticos.

Assinale a alínea correta:

- a) se as proposições I, III e V são incorretas;
- b) se as proposições I, IV e V são incorretas;
- c) se as proposições II, III e IV são incorretas;
- d) se as proposições I, III e IV são incorretas;
- e) se todas as proposições são incorretas.



81ª Questão:

I - A sociedade anônima pode ser constituída apenas por outra sociedade anônima.

II - Para a constituição de uma sociedade anônima são necessários, no mínimo, sete acionistas, quando forem pessoas físicas.

III - As companhias fechadas são obrigadas a manterem o Conselho de Administração.

IV - Quando utilizada a expressão companhia ou Cia., no início da denominação, não é necessário constar Sociedade Anônima ou S/A no final, para que se reconheça tratar-se de uma sociedade anônima.

V - O número de ações preferenciais sem direito a voto, não pode ser superior a 50% (cinquenta por cento) do total das ações emitidas.

Assinale a alínea correta:

- a) se as afirmativas I e V são corretas;
- b) se as afirmativas I e IV são corretas;
- c) se as afirmativas IV e V são corretas;
- d) se as afirmativas III e V são corretas;
- e) se as afirmativas II, IV e V são corretas.

82ª Questão:

I - Hodiernamente, a legislação Pátria permite a emissão de ações ao portador.

II - O Conselho de administração, através de seu presidente, pode representar a sociedade anônima em Juízo.

III - A efetivação de depósitos em conta vinculada do FGTS em nome de diretor de sociedade anônima não é suficiente para caracterizar vínculo empregatício.

IV - As sociedades anônimas devem possuir uma diretoria composta no mínimo de dois diretores.

V - Os bens de sociedade anônima de economia mista são penhoráveis e executáveis.

Assinale a alínea correta:

- a) se as proposições I, III e IV são corretas.
- b) se as proposições II, III e IV são corretas
- c) se as proposições II, IV e V são corretas
- d) se as proposições I, II, IV e V são corretas;
- e) se as proposições III, IV e V são corretas.

83ª Questão:

I - Na sociedade em comandita, o sócio comanditário, desde que prove sua condição com a apresentação do contrato social, pode requerer a falência.

II - O Juiz pode imediatamente nomear síndico estranho a falência.

III - É ineficaz, em relação a massa, a renúncia à herança praticado pelo falido no décimo quinto mês anterior a declaração da falência.



IV - A declaração da falência não suspende a execução por dívida em reclamação trabalhista, se o bem já foi penhorado.

V - O termo legal deve ser fixado na sentença, o qual não poderá ser em período superior a seis meses contados do primeiro protesto por falta de pagamento.

Assinale a alínea correta:

- a) se as afirmativas I, III e IV são corretas;
- b) se as afirmativas I, III e V são corretas;
- c) se as afirmativas II, III e V são corretas;
- d) se as afirmativas I, II e IV são corretas;
- e) se as afirmativas III, IV e V são corretas.

84ª Questão:

I - A concordata preventiva pode ser deferida pelo Juiz após a declaração da falência.

II - Se o falido tiver revendido mercadoria com base em fatura recebida antes da declaração da falência, sem fraude, sendo que as mesmas se encontram em trânsito, é possível ao vendedor impedir a entrega.

III - Qualquer título de crédito fica sujeito ao protesto, como prova material da mora, a fim de embasar o requerimento de falência.

IV - O falido que responde a processo por crime falimentar, com a sentença declaratória da extinção de suas obrigações, fica autorizado a inscrever-se como comerciante.

V - As cooperativas e as sociedades seguradoras não estão sujeitas a falência.

Assinale a alínea correta:

- a) as afirmativas I, III e V são falsas;
- b) as afirmativas II, IV e V são falsas;
- c) As afirmativas II, III e IV são falsas;
- d) as afirmativas I, II e IV são falsas;
- e) as afirmativas II, III e V são falsas.

85ª Questão:

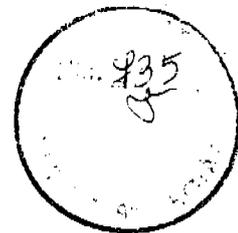
I - No caso de falência, ressalvados os créditos decorrentes de acidente de trabalho, a preferência é pela totalidade dos salários e 50% das indenizações trabalhistas devidas.

II - Com a apresentação do relatório do síndico, o falido tem cinco dias para requerer a transformação da falência em concordata.

III - Na Assembléia de Debenturistas, cada pessoa presente, tem direito a um voto.

IV - Em nenhuma hipótese o credor pode requerer a falência do devedor, antes do vencimento da dívida.

V - Na constituição de sociedade anônima as ações podem ser subscritas tanto pessoas físicas como pessoas jurídicas.



Assinale a alínea correta:

- a) se as afirmativas I, II e V são falsas;
- b) se as afirmativas I, III e IV são falsas;
- c) se as afirmativas II, III e IV são falsas;
- d) se as afirmativas II, IV e V são falsas;
- e) se as afirmativas III, IV e V são falsas.

86ª Questão

I - No mínimo 51% do capital com direito a voto devem pertencer a brasileiros, para que possa ser obtida a concessão de funcionamento de empresa de transporte aéreo.

II - As empresas que exploram serviços aéreos, de qualquer natureza ou de infraestrutura aeronáutica não podem requerer concordata.

III - Se o explorador da aeronave não se inscrever no Registro Aeronáutico Brasileiro o proprietário da aeronave responde solidariamente.

IV - O bem transferido ao credor, em virtude de alienação fiduciária em garantia, não pode ser retirado da massa em caso de falência de empresa de transporte aéreo.

V - A averbação de penhora procedida sobre aeronave deve ser registrada no Registro Aeronáutico Brasileiro.

Assinale a alínea correta:

- a) se as afirmativas I, III e IV são verdadeiras;
- b) se as afirmativas II, III e IV são verdadeiras;
- c) se as afirmativas III, IV e V são verdadeiras;
- d) se as afirmativas I, III e IV são verdadeiras;
- e) se as afirmativas II, III e V são verdadeiras.

87ª Questão:

I - Aeronauta é o profissional que realiza trabalho remunerado a bordo de aeronave e aeroviário o que realiza serviço terrestres remunerado para empresa de transporte aéreo.

II - A tripulação técnica da aeronave é composta, no mínimo, de um Comandante, um Primeiro Oficial, um Segundo Oficial que pode acumular as funções de mecânico de vôo e um Rádio Operador que pode exercer acumuladamente as funções de navegador.

III - A tripulação técnica deve ser constituída apenas por brasileiros.

IV - Ao fretador por inteiro do navio é facultado exigir o desembarque de carga recebido pelo capitão de terceiro.

V - Pelas dívidas contraídas em virtude de conserto do navio, pelo Capitão, há responsabilidade solidária dos proprietários.

Assinale a alínea correta:

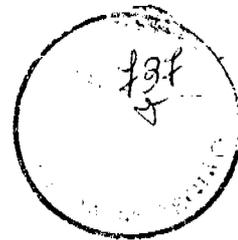
- a) se todas as afirmativas são corretas;
- b) se as afirmativa I, III, IV e V são corretas.
- c) se as afirmativas II, III, IV e V são corretas;



- d) se as afirmativas I, II, III e IV são corretas;
- e) se as afirmativas I, II, IV e V são corretas.

DIREITO ADMINISTRATIVO

88. Quanto aos elementos ou requisitos formadores do ato administrativo, assinale a alternativa correta:
- a. A competência é a parcela de poder atribuída, por lei, ao agente público para a realização do ato.
 - b. A forma, desde que a lei não seja contrariada, é livre.
 - c. O motivo diz respeito, tão somente, ao enunciado fático do ato e as explicações que o administrador público se obriga prestar.
 - d. A finalidade pública só é obrigatória naqueles atos que importem em despesa.
 - e. nenhuma das alternativas.
89. Em relação aos atos classificados como complexos, a doutrina autoriza a afirmação:
- a. Nesses atos, a vontade, nos seus efeitos, não é essencial diante dos fatos jurídicos, já que a atuação pública não nasce de um dever que envolve responsabilidade.
 - b. Os atos administrativos complexos não se distinguem dos contratos firmados pela administração pública, eis que, em ambos há uma união de vontades.
 - c. De que esses atos resultam da conjugação, isto é, da somatória de vontades de dois ou mais órgãos ou agentes públicos.
 - d. Os atos administrativos complexos são aqueles para os quais, em face de sua complexidade, a lei não estabelece os requisitos e condições de sua realização.
 - e. nenhuma das alternativas.
90. Mercê de sua importância, os institutos da revogação e da anulação do ato administrativo, foram objeto da Súmula nº 473 do STF. Nesta linha de considerações, é correto afirmar:
- a. Que a revogação pode ser levada a efeito tanto pela Administração Pública quanto pelo Poder Judiciário quando provocado.
 - b. Que a revogação pressupõe sempre a existência de um ato ilegal e ineficaz.
 - c. Que o ato administrativo só pode ser anulado por ação própria, sendo vedado à Administração Pública fazê-lo diretamente, por não lhe ser reconhecido o controle da legalidade.



- d. Que a revogação de um ato administrativo, prerrogativa da Administração Pública, pressupõe a existência de um ato legal e eficaz, operando **ex nunc**.
- e. Nenhuma das alternativas.

91. Segundo o regime constitucional do servidor público:

- 1. a aposentadoria por invalidez do servidor público é sempre com proventos integrais.
- 2. o princípio da acessibilidade impõe à Administração Pública a obrigação de permitir o acesso de servidores competentes a cargos mais elevados.
- 3. os cargos em comissão ou de confiança só podem ser exercidos por servidores ocupantes de cargo de carreira técnica.
- 4. a licença à gestante é concedida pelo prazo de 120 dias.
- 5. é proibida a diferença de salários (vencimentos), de exercício de funções e de critério de admissão, por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil.

Quanto aos enunciados anteriores:

- a. estão corretos os de n.ºs. 1, 3 e 5.
- b. estão corretos os de n.ºs. 3, 4 e 5.
- c. estão corretos os de n.ºs. 4 e 5.
- d. estão corretos os de n.ºs. 1 e 3.
- e. estão corretos os de n.ºs. 3 e 4.

92. Quanto aos bens públicos é correto afirmar:

- a. os bens dominiais sujeitam-se à prescrição aquisitiva.
- b. são características dos bens públicos, a impessoalidade, a disponibilidade, a impenhorabilidade e a imprescritibilidade.
- c. os bens de uso comum do povo são os prédios ou terrenos aplicados ou a serviço de estabelecimento público federal, estadual ou municipal.
- d. os bens móveis podem ser alienados sem autorização legislativa.
- e. a impenhorabilidade impede a usucapião de bens públicos.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

93ª Questão:

I - O rurícola somente faz jus a aposentadoria após comprovar sua condição de trabalhador rural, completar 60 anos de idade e demonstrar sua vinculação a Previdência Social pelo menos por noventa e seis meses.



II - Para o recebimento de auxílio-doença-acidentário existe uma carência de doze meses.

III - A empregada doméstica faz jus ao salário maternidade somente se comprovar sua filiação a Previdência Social durante pelo menos 18 (dezoito) meses.

IV - O percentual de 20% (vinte por cento) correspondente a contribuição devida pelo empregador incide sobre a totalidade da remuneração constante na folha de pagamento e não sobre o limite máximo do salário-de-contribuição fixado pela Previdência Social.

V - As cotas de salário família são pagas diretamente ao empregado pelo empregador, sendo que este último não se ressarce junto a Previdência Social.

Assinale a alínea correta:

- a) se as afirmativas I, II e IV são corretas;
- b) se as afirmativas II, IV e V são corretas;
- c) se as afirmativas I, III e IV são corretas;
- d) se as afirmativas I e IV são corretas;
- e) se as afirmativas III e IV são corretas.

94ª Questão:

I - O auxílio-acidente é devido ao empregado que for aposentado em virtude de acidente de trabalho.

II - A contribuição devida pelo empregador à Previdência Social incide sobre o adicional de transferência e sobre o valor da habitação fornecida "in natura".

III - A legislação previdenciária exige prova documental e testemunhal para a contagem de tempo de serviço, quando inexistente registro na CTPS.

IV - As cotas do salário família devem ser pagas para o homem e também para a mulher, quando empregados na mesma empresa.

V - Ocorre a rescisão do contrato de trabalho do empregado, com o deferimento pela Previdência Social da aposentadoria por tempo de serviço.

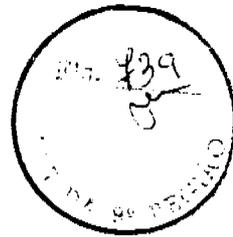
Assinale a alínea correta:

- a) se as afirmativas I, III e IV são corretas;
- b) se as afirmativas II, III e IV são corretas;
- c) se as afirmativas II, IV e V são corretas;
- d) se as afirmativas II, III e V são corretas;
- e) se as afirmativas I, II, IV e V são corretas.

95ª Questão:

I - Incide o desconto relativo a contribuição da Previdência Social sobre a importância paga a título de férias indenizadas.

II - Para obter a aposentadoria integral, o trabalhador urbano (homem), deve comprovar que efetuou o recolhimento ou que foram efetuados descontos em seu salário para a Previdência Social durante 35 (trinta e cinco) anos.



III - O empregador pode requerer a aposentadoria compulsória do empregado, quando este completar setenta anos de idade, independente do tempo de serviço na empresa.

IV - Tanto o empregado como o empregador rural contribuem para a Previdência Social em percentuais incidentes na folha de pagamento de salário mensal.

V - O auxílio-doença-acidentário somente é pago pelo órgão da Previdência Social a partir do décimo sexto dia de afastamento do empregado do serviço.

Assinale a alínea correta:

- a) se as proposituras II, IV e V, são falsas;
- b) se as proposituras I, II e IV são falsas;
- c) se as proposituras II, III e IV são falsas;
- d) se as proposituras I, II e V são falsas;
- e) se as proposituras I, III e V são falsas.

DIREITO PENAL

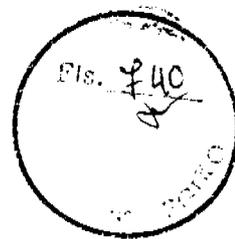
96. A ação consistente em adquirir, receber, transportar, ocultar, ter em depósito, desmontar, montar, remontar, expor à venda, ou de qualquer forma utilizar, em proveito próprio ou alheio, no exercício de atividade comercial ou industrial, coisa que deve saber ser produto de crime, constitui figura típica do crime de:

- a - Estelionato qualificado;
- b - Apropriação indébita agravada, pela atividade exercida pelo agente;
- c - Receptação qualificada;
- d - Furto qualificado, pelo abuso de confiança;
- e - n.d.a.

97. A pena privativa de liberdade aplicada de dois anos e seis meses de reclusão a réu primário e com 25 anos de idade, possibilita:

- a - Conversão em pena restrita de direitos;
- b - Concessão de **sursis**;
- c - Conversão em pena de multa;
- d - Fixação do regime aberto;
- e - n.d.a.

98. Quando o agente voluntariamente impede que o resultado da ação delituosa por ele praticada venha a se produzir, a hipótese é de:



- a - Arrependimento posterior;
- b - Arrependimento eficaz;
- c - Desistência voluntária;
- d - Tentativa;
- e - n.d.a.

DIREITO INTERNACIONAL

99. A constituição de um mercado comum entre a República Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai e a República do Uruguai, denominado " Mercado Comum do Sul " - MERCOSUL, concretizou-se pela assinatura entre os Estados-partes de que documento:

- a - Protocolo de Brasília , firmado em 17 de dezembro de 1991;
- b - Tratado de Assunção, assinado em 26 de março de 1991;
- c - Protocolo de Ouro Preto, firmado em 17 de dezembro de 1994;
- d - A Declaração de Iguazu, firmada em 30 de novembro de 1985;
- e - n.d.a.

100. Pelo Tratado de Roma, de 25 de março de 1957, pelo qual foi constituída a Comunidade Econômica Européia - CEE, ficou estabelecido, pelo Art. 4º, que a realização das tarefas confiadas à Comunidade seriam asseguradas, entre outros órgãos, por um Tribunal de Justiça, que teria a seguinte atribuição:

- a - Exercer os poderes de deliberação e controle que lhe são atribuídos pelo Tratado;
- b - Assegurar a coordenação das políticas econômicas gerais dos Estados-membros;
- c - Velar pela aplicação das disposições do Tratado, bem como das medidas tomadas pelas instituições;
- d - Garantir o respeito do direito na interpretação e aplicação do Tratado;
- e - n.d.a.